

MARTIN, Emily. *Bipolar Expeditions: mania and depression in American culture*. Princeton: Princeton University Press, 2007. 370p.

Helena Fietz¹

A antropóloga estadunidense Emily Martin possui uma importante obra ligada a diversas vertentes da antropologia que vão desde a antropologia médica, da ciência, aos estudos de gênero e ao feminismo. Em seu “Bipolar Expeditions: Mania and Depression in American Culture” (2007), a autora se coloca em uma desafiadora posição dupla: enquanto antropóloga pesquisadora e paciente que vive sob o diagnóstico da bipolaridade para descrever de maneira bastante particular o modo como o transtorno bipolar vem sendo produzido por diferentes forças na sociedade norte-americana. A partir desta posicionalidade, afirma que não pretende apresentar neste trabalho novos conceitos, mas sim descrever como conceitos antigos se intensificaram de tal modo que passaram a ser utilizados pelos norte-americanos a fim de pensar sua vida social e psíquica.

Martin destaca que para entender o comportamento maníaco é fundamental descrever o que fazem as pessoas diagnosticadas com mania e o porquê o estão fazendo, e é isso que faz no transcórre de todo livro. Prestando atenção nas palavras e nas ações de seus interlocutores, a autora analisa a psicose maníaco-depressiva enquanto gestos para demonstrar que a linha entre a racionalidade e a irracionalidade é menos clara e mais permeável do que se imagina. Com este livro a autora busca desconstruir fronteiras e dicotomias, demonstrando que a psicose maníaco-depressivas é cercada por práticas e entendimentos culturais que fazem com que não possa ser compreendida ou analisada fora de seu contexto social e cultural.

Por meio de um trabalho etnográfico realizado junto a grupos de pacientes em dois estados americanos, a indústria farmacêutica e a hospitais universitários, além, é claro, de sua própria experiência enquanto pessoa diagnosticada com o transtorno bipolar, Martin afirma que pretende apresentar “uma teoria social da irracionalidade” (2007, p.29). Faz ainda uma importante recuperação histórica para, ao longo de sua obra, refletir sobre como a bipolaridade está interconectada com a cultura americana, deixando explícito, também, o seu interesse pelos significados cultural e histórico da psicofarmacologia. A exceção do trabalho de campo quando adota o termo utilizado por seus interlocutores, Martin opta por utilizar em sua obra a categoria já em desuso na psiquiatria recente de “maníaco-depressivo” para se referir à condição por ela pesquisada. Com base nos estudos da psiquiatra Kay Jamison,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

argumenta que a categoria “transtorno bipolar”, mais utilizado atualmente, minimiza a doença por dar a entender que os dois humores (mania e depressão) são distintos, quando na verdade eles são os dois lados de uma mesma moeda.

A obra é dividida em duas partes: “Manic Depression as Experience” e “Manic Depression as Resource”. Na primeira, Martin explora a descrição das experiências diárias daqueles que convivem com a psicose maníaco-depressiva e chama atenção para a forma como a condição é por eles entendida. As noções de racionalidade e irracionalidade são centrais para seu argumento. Ao longo de toda obra, a autora descreve diferentes modos como a linha entre as duas é constantemente transposta tanto por pessoas diagnosticadas como “doentes mentais” quanto por pessoas sem esse diagnóstico. Ao mostrar que a fronteira entre as duas noções é borrada e que estas são também categorias construídas social e culturalmente, Martin consegue desconstruir a pretensa dicotomia que se coloca entre o ser racional e irracional.

Assim, a pesquisadora aponta para o fato de que a racionalidade e a irracionalidade apenas podem ser compreendidas dentro de um contexto cultural, pois são noções que estão diretamente ligadas ao que cada época e/ou sociedade entende por *personhood*, outra categoria que ganha destaque em sua análise. Afirma que na sociedade norte-americana, prevalece o modelo ocidental de pessoa, ou seja, a ideia de um indivíduo autônomo, autoconsciente e com capacidade para decidir por si e responsabilizar-se por suas decisões. Esse modelo ideal de sujeito faz com que um diagnóstico de transtorno mental possa, na prática, desqualificar os indivíduos, fazendo com que sejam considerados menos pessoas aos olhos de uma sociedade em que aquelas características se mostram tão valorizadas.

A partir desta colocação, segue-se uma reflexão sobre a relação entre o uso de psicofármacos e o autogerenciamento dos pacientes. O controle, o uso do remédio, e a escolha sobre os mesmos, de certa forma, faz com que os pacientes mantenham sua *personhood*, por estarem assim exercendo sua autonomia e volição. Se os pacientes devem controlar o uso de seus medicamentos, eles não podem ser vistos como completamente irracionais, porquanto são capazes de se autogerenciar e de gerenciar a outros. A partir de descrições destas situações, Martin demonstra mais uma vez que a arbitrária linha entre o racional e o irracional se apresenta, em sua experiência, sempre tênue e permeável.

Questões relacionadas ao diagnóstico e às categorias médicas também aparecem em seu trabalho para explorar os modos de subjetivação que decorrem da experiência de se viver sob o diagnóstico da bipolaridade. Segundo Martin, nossa existência depende de discursos externos sob os quais não temos controle algum. Dessa forma, quando a pessoa recebe o diagnóstico de maníaco-depressiva passa a ocupar uma posição social de irracionalidade, o que por sua vez faz com que ela mesma passe a se ver dessa forma. A autora afirma que ela também, ao receber seu diagnóstico, mudou o modo como se colocava no mundo e

incorporou essa condição e conhecimento a si. Com isso, Martin traz a importância de analisar o contexto social em que cada subjetividade é explorada. Destaca, ainda, que as categorias médicas, assim como todas as outras, não são rígidas e fixas e por isso os pacientes estão constantemente contestando-as ou demonstrando que aquela categoria não envolve toda sua personalidade.

Já na segunda parte do livro, a autora agrega à sua análise do que chama de “pequena escala” das experiências diárias dos sujeitos a “grande escala” do mercado e da mídia. Com isso, a autora desenvolve o argumento de que instituições como as grandes corporações e a mídia tiveram – e ainda tem – um importante papel como responsáveis por tornar o humor e a mania um recurso para o mercado e para a sociedade estadunidense como um todo. Propõe, assim, que essas experiências diárias são também construídas por e constroem as instituições, de tal modo que também elas podem produzir fenômenos de “grande escala”, apesar de não serem reconhecidas como tal.

Martin exemplifica essa possibilidade por meio da descrição de como os pacientes que observou eram encorajados a preencher diariamente um instrumento chamado “quadro de humor”. Essa tarefa, que a primeira vista parece simples, traz a tona o fato de que o humor passou a ser percebido como algo gerenciável e, deste modo, passível de tratamento, controle e aperfeiçoamento. Os dados coletados produzem estatísticas que serão usadas por agentes como governos e a indústria farmacêutica que, com estes números em mãos, trabalham para conectar humor à produtividade. Os quadros servem assim como um modo de aperfeiçoamento pessoal através de um grupo de categorias pré-estabelecidas. Pensar o humor como algo que pode ser auto gerenciado, atrelado ao fato de que o indivíduo se vê cada vez mais responsável por realizar mudanças subjetivas, pode produzir uma mudança profunda de subjetividade.

Dentro desta perspectiva a ideia de aperfeiçoamento aparece como central, pois o indivíduo é o responsável por administrar seu próprio humor. Essa administração passa muitas vezes pelo uso de medicamentos psicofármacos que podem tanto ser usados para que se atinja as expectativas sociais padrão, para voltar a um estado anterior de “normalidade”, ou para a efetiva melhora da performance. E destaca que, na sociedade estadunidense onde características associadas a “mania” – como energia, rendimento, produtividade, flexibilidade, motivação, criatividade - são percebidas como qualidades ideais para o mercado, o padrão deixou de ser um humor moderado, e passou a ser um humor “maníaco”. O mercado, argumenta Martin, necessita de pessoas com “características maníacas” e a mídia destaca cada vez mais a importância de um comportamento energético, criativo, flexível. A psicose maníaco-depressiva é alimentada por parte da sociedade estadunidense como algo positivo, enquanto a mídia vende-a como uma habilidade, um algo a mais que certos indivíduos possuem.

O perigo desta abordagem está justamente no fato de que a mania vista como um “estilo maníaco” realça alguns tipos de comportamentos, mas esconde a maior parte das experiências daqueles que vivenciam a psicose maníaco-depressiva. Daí a importância de que a psicose maníaco-depressiva – e a mania propriamente dita – seja analisada e compreendida dentro de seu contexto social e cultural, uma vez que “a experiência é constituída pelo contexto e pela imaginação social que é historicamente específica.” (p. 229). A psicose maníaco-depressiva não é só uma categoria médica, mas também é uma categoria linguística, cultural e social, criada a partir de um trabalho cultural que depende do contexto em que se coloca. O comportamento maníaco ou depressivo possui significado apenas quando analisado no contexto no qual é realizado.

Igualmente importante para a representação da psicose maníaco-depressiva, segundo a autora, são as questões de classe, gênero e raça, pois, na sociedade estadunidense, comportamentos maníacos de homens brancos em situação de poder são melhores aceitos- e até mesmo valorizados- do que em mulheres, em “não brancos” ou em pessoas com situação econômica menos favorável. Mais uma vez, a linha entre o que é racional e irracional é tênue, borrada e permeável, além de ser perpassada por questões de raça, gênero e classe de cada sociedade. Na psicose maníaco-depressiva, não se pode analisar nem a mania nem a depressão em separado ou fora de seu contexto social. Ao desenvolver a sua “teoria social da irracionalidade”, Martin aponta para os modos como a linha arbitrariamente construída entre a racionalidade e a irracionalidade está sendo constantemente cruzada não só por aqueles diagnosticados como maníaco-depressivos, mas sim por todas as pessoas. Argumenta, portanto, que é fundamental que se preste atenção a esse terreno intermediário, ao espaço onde se concentram a maior parte das experiências e ações dos indivíduos. Isso porque, a “condição de pessoa” de cada indivíduo não é construída a partir de um conceito unitário, mas sim sobre uma rede de conexões e interações sociais o que torra impossível se referir a “doenças mentais” sem se referir as amarras culturais presentes nas questões de raça, gênero e classe.

Ao apresentar a psicose maníaco-depressiva dentro de um contexto cultural e social – neste caso, a sociedade norte-americana, Emily Martin quebra também com a divisão entre o público e o privado e atreve-se a explorar a dimensão da vida sob este diagnóstico para além dos aspectos individuais desta experiência. Por isso, propõe que a ideia de loucura jamais deixará de existir, ainda que somente se apresente como um medo de um “outro” não racional. Assim, tampouco a ideia de uma “cura” pode ser pensada em termos da experiência individual de cada sujeito, como se separada do contexto social e cultural na qual ele está inserido. A noção de “loucura” deve ser pensada, então, em conjunto com as de raça, gênero e classe social a fim de que se encontrem meios para agir em direção a estas “fortes, mas não intransponíveis, barreiras que se impõe a nossa capacidade de florescer como indivíduos e

Bipolar expeditions

como parte da sociedade” (MARTIN, 2007, p. 279 tradução minha). Ao dar uma chance de fala aqueles que são colocados pela sociedade como menos pessoa em face de uma pretensa irracionalidade a autora conseguiu realizar o objetivo de seu livro: demonstrar como novas formas sociais emergem neste terreno intermediário entre o “racional” e o “irracional”, rompendo com esta dicotomia tão naturalizada, e mostrando que, de certo modo, todos andamos por sobre esta linha em diversos momentos de nossas vidas.